

DISCURSO DO DR. MOZART VICTOR RUSSELMANO

Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Presidente do Egrégio Tribunal do Trabalho da 4ª Região, Exmo. Sr. Presidente da MM. 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, Exma. Sra. Presidente da MM. 2ª Junta de Conciliação e Julgamento desta cidade, Exmo. Sr. Representante do Comando do Batalhão Tuiuti, Exmos. Srs. Juizes, Senhores Advogados, Senhores Funcionários, meus amigos, muito especialmente, propositadamente afinal Exmo. Sr. Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pelotas e Sra. Diretora da Faculdade de Direito da mesma Universidade, instituição a que estou, espiritualmente, tão vinculado quanto me sinto vinculado a esta Casa.

Ao apagar das luzes do ano de 1972, quando meus pares me elegeram e, logo após, me empossai no cargo de Ministro / Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, determinei que fossem reservadas passagens para mim e meus familiares no primeiro avião que saísse diretamente de Brasília para o Rio Grande do Sul, logo após o ato de minha posse. Queria, dessa forma, meus amigos, manifestar, mais uma vez, de modo ostensivo, o meu profundo respeito, o meu afeto, a minha paixão / irreversível por esta terra e por esta gente. O Rio Grande do Sul, porém, antecipou-se aos meus desígnios. Desde o primeiro momento de minha chegada ao aeroporto da Capital do Estado, / compreendi que a situação se estava invertendo e que o homenageante, que era eu, se havia transformado em homenageado. O Rio Grande do Sul, festivamente, me estendeu os seus braços paternos para acolher-me, estreitar-me contra si, em uma homenagem liderada pelos meus colegas de Justiça do Trabalho de Porto Alegre e que passou a constituir, por haver movimentado os meios jurídicos e oficiais de nosso Estado, desde aquela noite, um ponto de referência permanente na minha trajetória e uma das horas inesquecíveis da minha vida. Foi naquele ensejo que, subjetivamente, assumi, comigo mesmo, um compromisso solene e formal. Como Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, segundo a praxe, deverei visitar as oito Regiões que

integram a Justiça do Trabalho Nacional. Pois bem, o meu compromisso era o de dar os primeiros passos dessa peregrinação oficial pisando a terra do Rio Grande do Sul e estou, desta feita, cumprindo aquele compromisso. Quero confessar-lhes que, para fazê-lo, tive algumas dificuldades. Precisei postergar diversos convites e, digo-lhes mais, a questão de duas semanas passadas, encontrava-me eu, por motivos culturais, na cidade de Belo Horizonte e tive que rechaçar, com polidez, mas com firmeza insistente, o amável convite do Egrégio Tribunal da 3ª Região, que insistia em me receber em uma sessão solene do seu Plenário. Muito embora encontre, naquele Egrégio Tribunal, eminentes colegas diletos amigos, figuras brilhantes a quem me sinto afetivamente ligado, os meus motivos foram compreendidos, a minha deliberação foi afetuosamente respeitada, porque todos perceberam que eu não poderia deixar de começar a minha atividade como Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, a não ser pela 4ª Região, pelo Tribunal Regional do Trabalho, a que estive vinculado durante 10 anos, pela Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, a qual servi por 14 anos, num total, portanto, de quase um quarto de século, isto é, de quase a metade de toda a minha vida. Fiz, por isto, e estou fazendo, crucialmente, uma tentativa de reencontro dos meus tempos perdidos; estou fazendo uma verdadeira contagem regressiva dos anos da minha vida funcional e comecei a fazê-lo ainda em Brasília. Em um entardecer saí, propositadamente, desacompanhado de qualquer assessor do Gabinete da Presidência e penetrei, alguns instantes, no Gabinete de Vice-Presidência, que eu ocupara durante o ano passado; subi, depois, ao andar superior do edifício, abri a porta daquela sala que foi o meu Gabinete de trabalho, quando era apenas Ministro togado do Tribunal Superior, e fiquei ali, confesso, longos minutos em meditação, olhando, através das janelas e das vidraças, a paisagem magnífica da esplanada dos Ministérios, a floração de ferro e de granito, como se fosse uma orquídea da Catedral de Brasília e, lá ao longe, no cimo do seu mastro eletrônico, drapejando contra o céu azul do Planalto Central, como se estivesse acenando a esperança, a fé, a certeza do povo brasileiro, aquela imensa, aquela enorme bandeira nacional. No dia

seguinte, estava em Porto Alegre, visitando o meu Tribunal Regio-
nal, recebendo a homenagem dos meus pares e dos meus colegas, ha-
menagens essas que, de certa maneira, se prolongam e culminam nes-
ta solenidade, pela presente, entre nós, de Dr. Pajehu Macedo
Silva, ilustre Presidente daquela Casa. Como S. Exa. acaba de bom
lembrar, somos velhos amigos; eu o conheci em 1938, ele vindo de
Bagé, eu vindo de Pelotas, quando iniciávamos os nossos estudos/
pré-jurídicos. São 35 anos de boa, leal, recíproca amizade. A vi-
da nos colocou, nas quadras azuis da juventude, lado a lado, con-
vidando a que enfrentássemos, juntos, os mesmos sorcos, as mes-
mas ilusões, as mesmas expectativas e, generosamente, para mim,
voltou a colocar-nos lado a lado, na carreira de magistrados do
trabalho, que ambos abraçamos. Agradeço a S. Exa. a honra da pro-
sença entre nós e a generosidade das palavras que me dirigiu, /
prestando, de minha parte, a homenagem do meu afeto e do meu res-
peito, do meu apreço e da minha admiração, vendo em S. Exa. uma fi-
gura modelar da Justiça do Trabalho do nosso País.

Conduzido pelas evocações de outros tempos, quero sublinhar
a satisfação que tenho de participar desta solenidade que regis-
tra o 27º aniversário da primeira audiência a que presidi como /
titular desta Junta de Conciliação e Julgamento. Muitas Óguas: pag-
saram debaixo das pontes. Creio, porém, que no fundo, bem no ín-
timo de mim mesmo, eu continuo sendo, hoje, aquilo que era naqu-
la época. Com vaidade, digo que ninguém mais do que eu contribuiu
para a implantação da Justiça do Trabalho em Pelotas. Na noite de
21 de dezembro de 1944, recebemos, o Dr. Pajehu Macedo Silva, eu e
numerosos colegas, o grau de Bacharéis em Direito, pela Faculda-
de de Porto Alegre. Pois bem, no ano seguinte, dediquei sete me-
ses, permanentemente, à idéia da criação da Justiça do Trabalho/
em Pelotas; passei a maior parte desse tempo tratando do assunto
no Rio de Janeiro, que era a Capital da República. Foram sete me-
ses e, portanto, uma tarefa mais ou menos semelhante àquela que
se desdobrou por sete anos, quando Jacob servia Alabão, pai de
Raquel, serrana e bola. Mas, mais feliz que o personagem bibli-
co, executada a tarefa, eu recebi a minha própria namorada. O Go-
verno da República, criada a Junta, a 1º de outubro, no dia 15

daquele mes, me nomeava seu primeiro Juiz Presidente. O ato governamental, naturalmente, deve ter surpreendido a muitos, e eu era, na verdade, um Bacharel de Direito bisonho, com dez meses de diplomação aquilo poderia parecer, e talvez no fundo fosse, uma temeridade governamental, mas para mim, aquele Decreto de nomeação foi uma carta de confiança em branco que o meu País me deu em plena juventude, e que serviu, naquele momento, e dali para a frente, sempre como um motivo a me estimular como um acicate sobre o meu espírito, para que aquilo que eu fizesse, eu pudesse fazer no limite de mim mesmo, na melhor forma possível, a fim de que me dedicasse com toda a minha energia e com todas minhas possibilidades ao desideratum que eu estava buscando. Não enfrentei dificuldades - permitam-me recordar -, na tarefa de recrutar os servidores administrativos da Justiça do Trabalho. Vigorava, naquela época no País, um princípio salutar; ocorrendo vagas no serviço público federal, o DASP indicava aqueles que deveriam ocupar essas vagas, de acordo com a lista e a classificação dos aprovados em concursos de âmbito nacional, realizados pelo DASP. Havia, no Quadro da Junta de Pelotas, apenas uma função de nomeação livre, denominada "servente" ou "estafeta", segundo a terminologia da época. Mas, os problemas principais, que eu enfrentei para implantar a Junta de Pelotas, foram de duas ordens; em primeiro lugar, obter uma sede adequada, se não condigna, pelo menos plausível - no pós guerra, a crise de habitação era tremenda na cidade de Pelotas. Por outro lado, dificuldades em recrutar os vogais representantes de empregados e de empregadores, que seriam os coadjuvantes diretos da minha missão. O problema da sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, hoje 1ª Junta, foi resolvido de uma forma, até certo ponto pitoresca: o Grêmio Esportivo Brasil me alugou algumas salas de sua sede esportiva. Era muito pouco, mas era alguma coisa. As instalações eram precárias, mas serviam às nossas finalidades imediatas. Lembro que o meu gabinete de trabalho era, também a sala de audiências. Mas, os próceres rubros-negros da cidade impuseram-me outras condições; é que, além de pagar preço alto pelo aluguel daquelas salas, eu devia destinar-lhes a única vaga do Quadro Administrativo que poderia ser, livremente, preenchida, e indicaram-me o nome de Enedino Tavares. Confesso que exitei um pouco para a

ceitar aquela sugestão. Eu conhecia o Enedino Tavares apenas dos campos de futebol, e confesso, em relação aos seus adversários políticos, ele não era um modelo de cavalheirismo, cortesia e gentileza. Modelo de gentileza, cortesia e cavalheirismo, isto sim, ele se revelou posteriormente, no desempenho de suas funções; tornou-se, inclusive, um dos meus auxiliares imediatos de minha estrita confiança. É com prazer que hoje o vejo ocupando a posição de relve que, merecidamente, ocupa na estrutura administrativa desta Junta. Por isto, peço vênias ao Sr. Juiz Presidente desta Junta, ao Sr. Chefe de Secretaria, para sintetizar e simbolizar a homenagem que devo aos funcionários da Justiça do Trabalho em geral, das Juntas de Conciliação e Julgamento de Pelotas em particular, em Enedino Tavares, por dois motivos: primeiro, por ser o único remanescente daquela época, ainda prestando serviço à Justiça do Trabalho de Pelotas; em segundo lugar, por haver entrado nesta instituição, no posto mais modesto e haver ascendido a escalões superiores, mercê de seus dotes pessoais.

O problema da escolha dos vogais da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento também não foi de fácil solução, e explica-se: no tocante aos representantes dos trabalhadores, a questão era mais facilmente contornada, porque, ainda hoje acontece, os representantes dos trabalhadores sempre foram, para a Justiça do Trabalho, como quem cumpre uma missão sindical, além disso, os proventos pagos naquele ensejo, para os trabalhadores, de certo modo, significavam alguma coisa, naquela época em que o salário mínimo mensal da indústria era de 300 mil réis, ou seja, de 30 centavos por mes, na moeda de hoje; mas, para os empregadores, o vocaleto era um ônus imenso, era difícil obter-se alguém que aceitasse a incumbência. Era preciso que alguém tivesse amor pela instituição, interesse pela causa da Justiça do Trabalho como instrumento da ordem social para abandonar as suas tarefas todas as tardes e todos os dias úteis e, às vezes, inclusive, por exigência excessiva minha, no turno da manhã, para ganhar ao fim do mes, em função do número de audiências a que comparecesse no máximo, na moeda de hoje, um cruzeiro por mes. O primeiro vogal dos empregados, da área dos metalúrgicos, foi Nerou Neri da Cunha. O

vogal dos empregadores, designado na época, foi um industrialista Geraldo Loréa, mas eu neguei-lhe posse por um motivo sui generis; é que, embora para os juizes togados da Junta não existisse nenhum limite mínimo de idade, para os vogais, como ainda hoje ocorre, exige-se 25 anos de idade. E Geraldo Loréa, como eu próprio, tínhamos, na época, 23 anos. O requisito legal não estava preenchido, não lhe dei posse e, dessa maneira, libertei-o de um encargo pesado. Assumiu a representação de em empregadores e também industrialista Mário Dias. Foi com esses dois vogais que se realizou a primeira audiência da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, a 5 de fevereiro de 1946. Tinham sido muitas as dificuldades vencidas até esse momento. Usava a minha própria máquina de escrever; eu mesmo paguei, do meu bolso, o papel e o carbono utilizados nas audiências. Cancei-me de pagar, inclusive a correspondência postal e telegráfica, pois tardou muito a franquia oficial que deveria chegar. Conteí com a boa vontade e a colaboração das autoridades públicas, das entidades sindicais e dos advogados em particular. O Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, que era, na época, o Dr. José Aلسina Lemos, cedeu-me, para sede provisória da Junta, naquele ensejo, uma pequena sala no sótão do edifício do Fórum. O acesso àquela sala já era um teste superviolentíssimo. Em recordo que, uma vez, abri a porta daquela sala e a encontrei atapetada, ou melhor, atopetada de processos, mais de 600 processos. Eram as ações que estavam em tramitação perante o Juizado de Direito, na época da criação da Junta de Pelotas. Passado o impacto emocional, eu disse, formalmente, que haveria / de chegar o momento, quanto mais cedo melhor, em que aqueles processos estariam todos julgados e, bem assim, de que estariam em dia os numerosos processos que continuavam sendo oferecidos à apreciação da Junta todos os dias. Recordo que um colega me objetou, com muito espírito realista, mas inexatamente, que isso era ilusão de um jovem juiz, por inexistir, neste País, Juizado completamente em dia. A verdade é que, algum tempo depois, creio que em 1948, o tempo médio para julgamento de uma ação trabalhista, a contar do seu ajuizamento até a decisão de primeira instância, era sete dias e "pour épater le bourgeois" -

- com certa estupefação da Justiça do Trabalho Regional, inclusive da Justiça do Trabalho de todo o País -, houve um momento em que esta Junta não funcionou durante uma semana, por falta de processos. Minha eu atingido o meu objetivo. Naquela ocasião, a composição da Junta já se havia alterado. O primeiro vogal Hercu Neri da Cunha fora substituído pelo seu suplente, a título efetivo, José Gonçalves Nogueira, cujo nome evoco com sincera saudade. Durante muitos e muitos anos, José Gonçalves Nogueira foi reconduzido no cargo de vogal dos empregadores e, inclusive, morreu / no exercício dessa função. Amigo dileto, querido ao meu coração, José Gonçalves Nogueira pode ser evocado como um modelo a todos os vogais desta República. Representante dos empregados, era um defensor dos interesses dos trabalhadores, mas desava o seu voto com alto espírito de bom senso e de imparcialidade. Por outro lado, na representação dos empregadores havia sido designado o Sr. Júlio Real, que ali está neste momento, e que até hoje continua desempenhando a função de vogal dos empregadores da Justiça do Trabalho, e espero eu, Sr. Presidente, que continue ainda por muito tempo no exercício efetivo dessa função. O Sr. Júlio Real foi mais um amigo que eu recebi da Justiça do Trabalho; foi através das nossas tarefas cotidianas, que se enraizou o profundo / sentimento de estima, de estima fraternal que hoje nos vincula. A partir de 5 de fevereiro de 1946, começou a história efetiva da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas. Esta história todos a conhecem. Nos seus bastidores, o que ocorreu não foi relevante. A Justiça do Trabalho sempre teve paredes de vidro para que todos pudessem ver, de qualquer ângulo, o que nela ocorre, o que nela se passa, os problemas que nela surgem e as fórmulas de solução que nela se encontram. Lembro, porém, a circunstância de que tive o privilégio de indicar, pessoalmente, o primeiro suplente da Presidência da Junta de Pelotas, que, também, se encontra neste momento nesta sala - o Dr. Mário Miranda Vasconcellos, - outro fraternal amigo de outros velhos tempos, e que hoje integra o quadro Permanente da magistratura trabalhista, com méritos que todos lhe reconhecem.

Quero excusar-me por haver, de certo modo, me alongado nas evocações de outros tempos, outras pessoas e outros cenários, mas se o fiz, foi pela circunstância de que esta visita, Sr. Presi -

dente, é um reencontro das minhas saudades, é um retorno às minhas origens.

Eu agradeço a V.Exa., Sr. Presidente desta Junta, o ensejo que me deu de aqui estar, de ouvir as afetuosas palavras que V.Exa. me dirigiu, referendadas pela saudação do nosso ilustre/Presidente do Tribunal Regional. Mas, agradeço a V.Exa., sobretudo, a oportunidade de haver permitido que, à medida que eu ia falando, pouco a pouco, quase sem sentir, eu fosse despiendo as púrpuras invisíveis da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e reenvestindo-me da toga singela do juiz de primeira instância, pois, é como juiz de primeira instância, ilusoriamente, transformado outra vez, que quero exprimir o meu agradecimento a todos os presentes, especialmente ao meu eminente amigo, nosso insigne Prefeito Ary Alcântara, que começa a sua administração à testa dos destinos desta comunidade, cercado do apreço, do aplauso, do afeto e da admiração da nossa terra. Agradeço a presença de S.Exa. e Sr. Presidente do Egrégio Tribunal Regional, / bem assim das Exmas. autoridades civis e militares. Muito especialmente, peço vênias para prestar minha homenagem a esta Casa e para estendê-la, Sr. Presidente, à MM. 2ª Junta de Conciliação e Julgamento da nossa cidade, presidida pela Dra. Yvonne Isaacson de Souza e Silva que, sem favor, é dos mais brilhantes/magistrados da 4ª Região. E, se V.Exa. me permitir, estendo esta homenagem, também geograficamente, à MM. Junta de Conciliação e Julgamento da vizinha cidade de Rio Grande, presidida pela Dra. Zurayde Terallos Leite que, entre outros títulos, tem o de ser esposa de V.Exa., e que tem, por sinal, como Chefe de Secretaria, um amigo dileto, um dos mais antigos funcionários da Justiça do Trabalho - Sr. Francisco Cardone -, que também nos honra com sua visita, nesta solenidade.

Por muito que tenha dito, inclusive demais, na realidade/não disse tudo, porque eu recebi, na minha inexperiência inicial, como Juiz, uma colaboração efficientíssima, afetuosas, de parte dos nobres advogados que militavam na Justiça do Trabalho daquela época. Percorrendo os olhos por aqueles que aqui se encontram, tenho a grata satisfação de ver muitos deles. Ali está

e Dr. Oswaldo Bender, Dr. Bruno de Mendonça Lima, Dr. Vicente Garvini, Dr. Rubens de Oliveira Martins, Dr. Apody Almeida de Oliveira, Dr. Maximiano Pombo Cirne, enfim, todos e muitos outros, inclusive aqueles que vieram depois e que, por se dedicarem ao exercício da atividade profissional perante a Justiça do Trabalho, eu não poderia, nominalmente, citar sem incorrer em graves e imperdoáveis omissões; a todos abarco, na minha saudade abrangente, na minha admiração sincera, no meu apreço realmente sem limites. Se pequi por muito dizer, devo, também ter pecado por não ter dito, em certos momentos, aquilo que deveria dizer. De qualquer modo, quero acentuar que, de nenhuma forma, eu esqueço que foi, como Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, há 27 anos passados, que rascunhei minhas primeiras sentenças que hoje estão em cópias xerográficas, reunidas em um álbum de alto luxo, que me foi oferecido pela amizade e pelo carinho de Dr. Torallos Leite, e que guardo como recordação de tempos illos e vividos, cujas páginas folio com sincera emoção, em alguns momentos com profunda surpresa, porque, em algumas daquelas sentenças, eu reencontrava/casos que estavam nitidamente vivos no fundo de meu subconsciente, quiçá por terem sido a concretização de momentos de angústia/ e de exaltação na hora de proferir a sentença. Não posso esquecer que foi, como Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas que escrevi os meus primeiros livros e publiquei minhas obras mais importantes; não posso, nem quero esquecer que foi como Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas que contrai núpcias com a companheira de toda a minha vida; não quero nem posso esquecer que, como Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, vi nascerem todos os meus filhos; foi como Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas que conquistei, um a um, tantos amigos, que formam aquele núcleo sentimental sem o qual ninguém pode atravessar, impunemente, as vicissitudes e amarguras que todos enfrentamos em face do tempo; não quero, nem posso esquecer que foi, como Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas que, durante 14 anos, convivi com meu próprio povo - aprendi a compreendê-lo e quanto mais o compreendi, mais o amei e, quanto mais amei o povo e a terra de Pelotas, mais profundamente tenho amado a

terra e o povo do Rio Grande e do Brasil.

Concluo dizendo com singelozas: se me fosse possível fazer com que os ponteiros desandassem sobre os mostradores dos relógios; se me fosse possível recolocar as páginas arrancadas dos velhos calendários; se me fosse possível inverter as ampulhetas e as clepsidras; se, no fim de tudo, o destino generoso me perguntasse o que eu queria ser, o que eu queria ter sido, a minha resposta, aparentemente cheia de vaidade, mas de fato, cheia de modéstia e de humildade, seria esta: eu queria ser o que sou, eu queria ter sido o que fui e, se tivesse que recommençar minha carreira de magistrado, queria recommençá-la sendo Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento da minha querida cidade de Pelotas.